

ESCASSEZ DE ENGENHEIROS



MITO E REALIDADE

A tão comentada escassez de engenheiros no mercado de trabalho é tanto um mito quanto uma realidade. Esta foi a conclusão do fórum de debates promovido pelo Senge-MG, que contou com a participação do presidente do Ipea, Marcos Pochmann, do presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo, dos presidentes do Crea-PR e do Senge do Paraná, Álvaro Cabrini e Valter Fanini e do especialista em educação Marcos Formiga. Veja mais sobre o tema nas páginas 3, 4, 5 e 6.

Movimento Sindical

Veja as notícias do Sindicato e de suas diretorias regionais. Página 2.

Mobilidade Urbana

Belo Horizonte se diz em dia com o cronograma das obras para a Copa 2014. Página 7.

Negociações Coletivas

Confira como anda a negociação de sua categoria. Página 8.

Desafios da profissão

O momento é particularmente importante para a engenharia e para os engenheiros e engenheiras do Brasil. O desenvolvimento do país colocou em xeque a formação dos profissionais da área e trouxe ao debate a necessidade de se formar mais profissionais e com qualidade ainda maior. Alguns setores da economia, bastante aquecidos pelos investimentos em habitação, infraestrutura e exploração mineral, principalmente petróleo e gás, já reclamam a falta de profissionais. O Senge-MG entrou nesta questão e promoveu um fórum de debates com opiniões importantes e posicionamentos sobre o tema. Os resultados estão nas páginas 4 e 5.

Ainda dentro dos desafios da profissão, o Senge Informa aborda a Resolução 1010 e a formação do tecnólogo, dois temas polêmicos na categoria. A norma que regulamenta as atribuições do profissional, editada em 2005, ainda gera debates calorosos e não é consenso na engenharia. Para os especialistas falta a matriz do conhecimento, que até hoje não ficou pronta. O debate sobre a profissão de tecnólogo continua aceso, com resistência de muitos, embora esta seja uma realidade em vários países desenvolvidos. Estes temas polêmicos estão nas páginas 3 e 6.

A mobilidade urbana, que foi o tema principal de nossa última edição, continua sendo abordada com a cobertura do seminário Copa Sustentável, promovido pelo Sistema Confea/Crea e realizado em Minas Gerais. Belo Horizonte se posicionou como a capital que está à frente nos preparativos e na construção da infraestrutura para receber o evento. O Sindicato está atento, principalmente às incursões para a viabilização da expansão do metrô de Belo Horizonte.

Por fim, tratamos da nossa atividade principal, a negociação de relações de trabalho mais favoráveis aos engenheiros e engenheiras de Minas Gerais. Na página 8, você confere o andamento das negociações em curso.

Prefeito de BH recebe presidente do Senge

O presidente do Senge-MG, Raul Otávio Pereira, foi recebido em audiência pelo prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda (PSB), acompanhado pelo vereador e diretor do Senge-MG Tarcísio Caixeta (PT). Raul Otávio discutiu a participação dos trabalhadores nos conselhos de empresas e autarquias municipais, os planos de carreira da administração direta e indireta e o pagamento do Salário Mínimo Profissional. Márcio Lacerda disse que vê com bons olhos a participação de trabalhadores nos conselhos das empresas municipais e aceitou discutir o assunto. Sobre os planos de carreira e o Salário Mínimo Profissional, o prefeito disse que uma das possibilidades a ser estudada é uma recomposição gradual dos salários e gratificações por produtividade dos profissionais.



O prefeito Márcio Lacerda recebeu o presidente do Senge-MG, Raul Otávio, acompanhado do vereador Tarcísio Caixeta

Copenge tem nova diretoria

O engenheiro electricista Alfredo Marques Diniz foi eleito diretor-presidente da Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Área de Engenharia (Copenge), em pleito realizado no dia 11 de março, na sede do Senge-MG. O engenheiro civil Clóvis Geraldo Barroso e a engenheira agrônoma Maria José Maciel Ribeiro foram eleitos, respectivamente, diretor técnico e diretora administrativa e financeira da cooperativa. "A Copenge começou pequena, mas pensa grande e vai crescer rápido", afirmou Alfredo Diniz. Durante a posse, ele convidou aos profissionais interessados a participar da Copenge. "Basta fazer um pré-cadastro enviando nome, formação, habilitações, Crea, disponibilidade atual, telefones de contato e endereço de e-mail para copenge.mg@gmail.com", finalizou.

Regional Sul participa da Construdecore

O Senge-MG, em parceria com a ASEAA, participou da feira Construdecore, um evento de construção, arquitetura e decoração que aconteceu nos dias 25 e 26 de março, em Poços de Caldas. O Sindicato montou um estande na feira com o objetivo de esclarecer dúvidas dos profissionais e incentivar a filiação dos engenheiros e engenheiras. Além disso, realizou um cadastramento de profissionais para participarem de cursos de aperfeiçoamento profissional. A maioria dos cadastrados escolheu o curso de MS Project, que o Senge-MG deve realizar na cidade no final do mês de maio, como parte de sua política de interiorização.

Regional Zona da Mata debate Saneamento

O Senge-MG Regional Zona da Mata promove, juntamente com a Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a Companhia de Saneamento Municipal (Cesama), o Seminário "Saneamento e Meio Ambiente", no dia 30 de junho, no Anfiteatro da Faculdade de Engenharia em Juiz de Fora. O Seminário contará com duas palestras e a mesa será composta por Henrique Duque, reitor da UFJF, Hélio Antônio, da Faculdade de Engenharia da UFJF, João Queiroz, diretor do Senge-MG Zona da Mata, Custódio Mattos, prefeito de Juiz de Fora, e um representante da Cesama.

Evento qualifica para negociação coletiva

Com o apoio do Senge-MG, a Fisenge promoveu entre os dias 31 de março e 2 de abril, em Sete Lagoas, o seminário Estrutura e Processo da Negociação Coletiva. O evento foi coordenado pelo Dieese e teve o objetivo de qualificar os diretores de sindicatos de engenheiros para participar de mesas de negociações da categoria. "Os dirigentes sindicais devem estar mais preparados para as negociações", afirmou o presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt. Participaram do Seminário, além de uma delegação da Fisenge, representantes dos Senges filiados à Federação.



SINDICATO DE ENGENHEIROS NO ESTADO DE MINAS GERAIS - Rua Araguari, 658 - Barro Preto - CEP 30190-110 - Belo Horizonte-MG - Tel.: (31) 3271.7355 - Fax: (31) 3546.5151 e-mail: sengemg@sengemg.org.br - site: www.sengemg.org.br - GESTÃO 2010/2013 - DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Raul Otávio da Silva Pereira; 1º Vice-Presidente: Krisdany Vinicius Santos de Magalhães Cavalcante; 2º Vice-presidente: Nilo Sérgio Gomes; 1º Tesoureiro: Antônio Iatosta; 2º Tesoureira: Gláucia Any Gonçalves Macedo; Secretário Geral: Rubens Martins Moreira; 1º Secretário: Fátima Regina Rêlo Costa DIRETORIAS DEPARTAMENTAIS: Diretor de Aposentados: Wanderley Acosta Rodrigues; Diretor de Ciência e Tecnologia: Anderson Silva de Aguiar; Diretor de Assuntos Comunitários: Anderson Luiz de Figueiredo; Diretor de Imprensa: Tércio de Sales Moraes; Diretor Administrativo: Cláudio Neto Fonseca; Diretora de Assuntos Jurídicos: Gabriele Rodrigues Cabral; Diretor Saúde e Segurança do Trabalhador: Gilmar Cortês Sálvio Santana; Diretor de Relações Intersindicais: José Flávio Gomes; Diretor Negociações Coletivas: Júlio César de Lima; Diretor de Interiorização: Pedrinho da Mata; Diretor Sócio-econômico: Sérgio Teixeira Soares; Diretor de Promoções Culturais: Antonio José Betel Ribeiro Gomes DIRETORIA REGIONAL NORTE NORDESTE: Diretor Administrativo: Antônio Carlos Souza; Diretores Regionais: Anildes Lopes Evangelista, Guilherme Augusto Guimarães Oliveira, Jessé Joel de Lima, João Gilberto de Souza Ribeiro, Rômulo Buldrini Filogônio DIRETORIA REGIONAL SUL: Diretor Administrativo: Fernando de Barros Magalhães; Diretores Regionais: Antônio Azevedo, Arnaldo Rezende de Assis, Carlos José Rosa, Gladyston Rodrigues Carvalho, Nelson Gonçalves Filho, Nelson Benedito Franco, Ney Lopes Procópio, Robson Monte Raso Braga DIRETORIA REGIONAL ZONA DA MATA: Diretor Administrativo: João Vieira de Queiroz Neto; Diretores Regionais: Silvío Rogério Fernandes, Carlos Alberto de Oliveira Joppert, Eduardo Barbosa

Monteiro de Castro, Francisco de Paula Lima Netto, Maria Angélica Arantes de Aguiar Abreu, Paulo César de Lima DIRETORIA REGIONAL TRIÂNGULO: Diretor Administrativo: Élcio Barreto Borges; Diretores Regionais: Ismael Figueiredo Dias da Costa Cunha, Antônio Borges Resende, Jean Marcus Ribeiro, João Carlos Moreira Gomes, Marco Túlio Marques Machado, Luciano Lopes Veludo, Clóvis Scherner, Wilton Freitas Mendes, Norberto Carlos Nunes de Paula DIRETORIA REGIONAL VALE DO AÇO: Diretor Administrativo: José Couto Filho Diretores Regionais: Alberto Carlos da Silva Junior, Daniel Linhares Carlesso, Ildon José Pinto, Cláudio Luiz Maciel Junqueira DIRETORIA REGIONAL CAMPO DAS VERTENTES: Diretor Administrativo: Wilson Antônio Siqueira; Diretores Regionais: Nelson Henrique Nunes de Sousa, Domingos Palmeira Neto DIRETORIA REGIONAL CENTRO: Diretor Administrativo: Dorivaldo Damacena Diretores Regionais: Carlos Henrique Amaral Rossi, Cláudio Lúcio Fonseca, Francisco de Paula Mariano, Elder Gomes dos Reis, Éderson Bustamante, Evaldo de Souza Lima, Iocanan Pinheiro de Araújo Moreira, Jairo Ferreira Fraga Barrioni, José Maurício Andrade Ferreira, Júnia Márcia Bueno Neves, Antônio Lombardo, Antônio Cury, Luiz Antônio Lobo de Abreu, Marcelo dos Reis Lopes, Marcelo de Camargos Pereira, Marcelo Fernandes da Costa, Maria José Maciel Ribeiro, Mário Evaristo Borges, Maurício Fernandes da Costa, Orlando José Garcia Dangla, Paulo Roberto Magalhães, Teodomiro Matos Bicalho, Vicente de Paulo Alves Lopes Trindade, Adevaldo Rodrigues de Souza, Alfredo Marques Diniz, Arnaldo Alves de Oliveira, Clóvis Geraldo Barroso, Abelardo Ribeiro de Novaes Filho, Fernando Augusto Villaga Gomes, Hamilton Silva, Luiz Carlos Sperandio Nogueira, Waldyr Paulino Ribeiro Lima CONSELHO FISCAL: Augusto Cesar Santiago e Silva Pirassinunga, Getúlio Soares de Almeida, Ruy Lopes Teixeira Filho, José Tarcísio Caixeta, Lúcio Fernando Borges - Edição: Miguel Ângelo Teixeira Redação: Miguel Ângelo Teixeira, Luiza Nunes e Marcelo Costa Arte final: Viveiros Editoração Impressão: Imprimaset

Crescimento do país expõe falta de mão de obra qualificada

O Brasil passa, atualmente, por um período de estabilidade e crescimento econômico inédito nas últimas três décadas. Os investimentos em infraestrutura, tão raros desde o milagre econômico da década de 70, motivados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), pela Copa de 2014 e pelas Olimpíadas de 2016 alcançam patamares importantes. Esta situação, apesar de ser positiva para o país, fez crescer a preocupação com a escassez de mão de obra qualificada, principalmente de engenheiros, para tirar projetos do papel e colocar as obras em andamento.

O Senge-MG, percebendo a necessidade de uma discussão mais profunda sobre a questão da falta ou não de engenheiros para atender à demanda do mercado, realizou, no dia 17 de março, o I Fórum de Debates com o tema "Escassez de Engenheiros: Mito ou Realidade?". Participaram do debate, o presidente do IPEA, Márcio Pochmann, o presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo, o presidente do Senge-PR, Valter Fanini e

Marcos Formiga, economista e especialista em educação em engenharia. A abertura do evento foi feita pelo presidente do Crea-PR, Álvaro Cabrini Júnior, que defendeu um cuidado maior com relação à abertura do mercado aos profissionais de outros países, bem como com a abertura de novos cursos de engenharia.

Raul Otávio da Silva Pereira, presidente do Senge-MG, foi o mediador do debate e destacou a importância do envolvimento de toda a sociedade na questão, lembrando que a ação sindical não deve ficar limitada a debates e seminários. "O sindicato tem que atuar, por isso o Senge-MG se propõe a encabeçar e conduzir em Minas Gerais, juntamente com outras entidades, o que for necessário para resolver a questão", disse.

O Fórum apresentou um debate rico em idéias, que tanto ratificaram a tese da escassez, com números comparativos com outros países desenvolvidos e emergentes, quanto fizeram o contraponto, apontando o momento como a



grande oportunidade para os profissionais que sempre enfrentaram um mercado em que a demanda por mão de obra esteve sempre abaixo da oferta e em que os salários não eram atrativos. A íntegra das palestras e intervenções no debate pode ser vista no site do sindicato ([WWW.sengemg.org.br](http://www.sengemg.org.br)), no link EVENTOS/FÓRUM DE DEBATES.

O Presidente do Crea-PR, Álvaro Cabrini (da esquerda para a direita), Raul Otávio Pereira (presidente do Senge-MG), Marco Túlio de Melo (presidente do Confea) e Gilson Queiroz (presidente do Crea-MG) na abertura do Fórum

Escassez é localizada em alguns setores

A escassez de mão de obra na engenharia é tanto uma realidade quanto um mito. Essa foi a posição defendida por Márcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), durante o Fórum de Debates do Senge-MG. Segundo Pochmann, para responder a essa pergunta é preciso levar em consideração alguns fatores. "Nós temos a realidade da escassez localizada em

determinados setores da atividade econômica, em determinadas regiões, mas ao mesmo tempo também é um mito porque não podemos dizer que estão faltando engenheiros para todas as áreas. Temos engenheiros sobrando, inclusive, em determinados setores", afirmou. Pochmann baseou a sua exposição na pesquisa Escassez de Engenheiros: realmente um risco?, realizada pelo Ipea em 2010.

Pochmann acredita que a engenharia possua três problemas pontuais, todos ligados à questão da formação acadêmica dos engenheiros e engenheiras. "A alta evasão escolar – somente 15% dos estudantes que entram na Engenharia conseguem se formar depois de 10 semestres – o número insuficiente de vagas nas engenharias nas universidades e o desvio de atuação dos engenheiros formados, dos quais 2/3 acabam atuando em outras áreas são alguns obstáculos



Debate atraiu profissionais, estudantes e entidades de engenharia

enfrentados pela engenharia brasileira", esclareceu. Este êxodo foi motivado pela remuneração ruim e pela desmotivação após décadas de baixo crescimento econômico.

O presidente do IPEA destacou a importância de se mudar os padrões de ensino e de estudo no Brasil, uma vez que o modelo de sociedade tam-

bém mudou. Segundo Pochmann, o modelo vigente é o da sociedade pós-industrial. "Na sociedade pós-industrial, o nível básico de estudo é o ensino superior. Assim, o aprendizado durante a vida inteira é fundamental, pois se espera que o profissional seja cada vez mais capacitado e qualificado", analisou.



Pochmann destacou os pontos que podem levar ao agravamento

Aquecimento da demanda valoriza o profissional

O presidente do Sindicato de Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR), Valter Fanini, apresentou posicionamento controverso durante sua participação no I Fórum de Debates do Senge-MG. Apoiando-se nos conceitos econômicos de oferta e procura, Fanini argumentou que a escassez de mão de obra é boa para os profissionais, uma vez que valoriza a profissão e aumenta os rendimentos, já que a demanda, por enquanto, é maior do que a oferta de engenheiros e engenheiras. “Obviamente essa discussão nasceu a partir da demanda da indústria, que nos últimos anos teve que aumentar os salários dos engenheiros de modo geral. Houve

um aumento em torno de 10% nos últimos cinco anos, e isso assusta o empregador. Ele não está acostumado a remunerar bem o engenheiro. Mas a escassez dos engenheiros é muito mais um mito”, acredita.

Valter Fanini afirmou que sobram mais de 300 mil engenheiros no mercado e que eles procuram outras áreas de atuação por causa da desvalorização da engenharia. “Os empresários têm que ter um pouco mais de paciência e deixar o mercado funcionar e eles terão a mão de obra qualificada que eles precisam”. O presidente do Senge Paraná defende que o empresariado não pode se contrapor a esse avanço salarial que os engenheiros

conquistaram nos últimos anos, imaginando que eles vão estabelecer um nível de oferta tão grande

que anulará a demanda que está crescendo e que manterão os salários aviltados como eram.



Valter Fanini vê o momento como de afirmação e de valorização para o profissional

Presidente do Confea defende recapacitação

“A realidade é que há, sim, escassez de engenheiros e a tendência desse cenário é se agravar nos próximos anos”, disse Marcos Túlio de Melo, presidente do Confea. Marcos Túlio contribuiu com o debate apresentando dados numéricos que comprovam que, no Brasil, a quantidade de engenheiros existente é insuficiente. “Na Coreia, há 16,4 engenheiros para cada 10 mil habitantes, na Espanha são 6,53 engenheiros para cada 10 mil pessoas. No Brasil, este índice é de 1,95 engenheiro para cada 10.000 mil habitantes. É o menor índice entre

35 países pesquisados”, expôs.

Ele explicitou sua posição contrária à importação de mão de obra. “Devemos recapacitar rapidamente os engenheiros que estão atuando fora da engenharia, ou só vai sobrar a importação de mão de obra. E, abrir as portas do mercado de trabalho brasileiro e importar mão de obra é a pior solução possível”, garantiu. Marcos Túlio propôs a realização de um censo profissional para que possa ser feito um planejamento e para que a demanda interna possa ser atendida pelos profissionais brasileiros.

Especialista pede mudanças no ensino

O economista e especialista em educação em engenharia Manuel Marcos Maciel Formiga participou do I Fórum de Debates do Senge-MG e deixou clara sua posição. Para ele, há mesmo escassez de engenheiros no Brasil. O economista atribuiu esse fato principalmente a problemas nos cursos superiores de engenharia do país. “Não há falta de vagas nas faculdades – no ano passado sobram 91.000 vagas na engenharia. O que acontece é que há alguma coisa errada no ensino e eu acredito que o problema esteja na

qualidade dos cursos, no anacronismo do modelo de ensino e na forma equivocada que a engenharia é apresentada como curso e profissão”, disse.

Marcos Formiga ainda destacou a importância do evento realizado pelo Senge-MG. “Eu saí daqui com uma convicção. É fato incontestável de que existe escassez de engenheiros no Brasil. Esse fórum comprovou isso. Temos que tentar resolver o problema, que não é da engenharia, é da economia e da sociedade brasileira como um todo”, acrescentou.



Para Marcos Túlio, cenário de escassez pode se agravar nos próximos anos



Para Marcos Formiga, a escassez de engenheiros é uma realidade incontestável

Resolução 1.010 pode ajudar a dinamizar a oferta

Um engenheiro agrônomo que constrói pontes, um engenheiro eletricitista que faz inventários florestais ou um engenheiro civil que instale e monte uma rede de transmissão elétrica. Esta pode ser a realidade dos profissionais do Sistema Confea/Crea caso a Resolução 1.010 seja aplicada. Em resumo, a Resolução 1.010/2005 do Confea permite que o profissional agregue atribuições ao currículo original à medida que curse novas disciplinas que não estavam, necessariamente, na grade curricular do curso em que se graduou.

Editada em 2005, a Resolução prevê que todos aqueles que ingressaram em cursos técnicos, de tecnologia (tecnólogos) e no ensino superior após 01/07/2007 vão receber suas atribuições baseadas na 1.010. Ou seja, os graduados nos cursos de quatro anos devem receber suas atribuições pela nova Resolução a partir de julho de 2011 e os formados nos cursos de cinco anos, a partir de julho de 2012. Técnicos e tecnólogos já deveriam estar recebendo suas atribuições pela nova Resolução, mas a matriz do conhecimento ainda não ficou pronta.

As atribuições seriam concedidas tendo como base a matriz do conhecimento, uma plataforma eletrônica que reuniria todas as disciplinas e conteúdos acadêmicos que seriam cruzados no momento da concessão. O Confea chegou a editar um anexo à Resolução 1.010 contendo a matriz do conhecimento mas, atualmente, ele está sendo revisado. A plataforma eletrônica também não ficou pronta.

Alvo de discussões quanto a sua praticidade e aplicabilidade, a Resolução 1.010 do Confea também tem questionada a sua necessidade. A Resolução 218 de 1973, que atualmente regula as atribuições no Sistema Confea/Crea, no seu artigo 25 restringe a adição de novas atribuições e competências à formação inicial, mesmo quando o profissional se qualifica. Muitos profissionais questionam que, se a 1.010 veio para permitir que novas atribuições fossem dadas de acordo com os conhecimentos adquiridos ao longo da vida profissional, bastaria revogar este artigo.

Críticas sobre a norma

Os debates sobre a implantação da Resolução 1.010/2005 têm sido marcados por conflitos, críticas e confusões nos Creas. Para o presidente do Crea do Paraná, Álvaro Cabrini Júnior, ainda há muita confusão sobre a aplicação da 1.010. "Ela ainda não tem uma fundamentação segura para se pegar o currículo de alguém e conceder atribuições." O presidente do Instituto Nacional de Engenharia Civil, Ivo Silva Júnior, considera a 1.010 "inaplicável". "A idéia é boa, só que cada um começou a defender a sua área e deu confusão", explica.

O presidente do Conselho Regional de En-

genharia, Arquitetura e Agronomia do Distrito Federal (Crea-DF), Francisco Machado da Silva, não concorda. Segundo ele, a 1.010 dá grande poder ao Sistema Confea/Crea porque permite que se dê o título e a atribuição. "A 1.010 nos coloca como locomotiva. Antes éramos vagões do Ministério da Educação". Silva afirmou que o Crea-DF já concede registros baseados na Resolução 1.010.

O engenheiro mecânico Heliéser José Resen-

de considera a Resolução 1.010 um avanço, mas vê dificuldades em sua implantação. "Foi um avanço muito grande para os engenheiros por não deixá-los estagnados", diz Resende, que também é assessor da Comissão de Educação do Crea Minas Gerais. Mas ressalva: "A implantação dela exige um software muito sofisticado que ainda está em desenvolvimento. Não vai ser fácil porque são vários parâmetros a serem considerados".

Tire suas dúvidas sobre a Resolução 1.010

O QUE É?

A Resolução 1.010 é um conjunto de normas que tem o objetivo de conferir atribuições aos profissionais do Sistema Confea/Crea, em substituição à Resolução 218. Entretanto, a 218 ainda não está revogada. O profissional poderá agregar novas atribuições à medida que curse disciplinas e pós-graduações, mesmo que em áreas que não estejam presentes em sua formação original.

O QUE É MATRIZ DO CONHECIMENTO?

Conjunto de disciplinas e conteúdos acadêmicos a partir do qual o Sistema Confea/Crea concederá as atribuições. A idéia é criar uma plataforma eletrônica com este conteúdo. No momento, a matriz do conhecimento, que é um dos anexos da 1.010, está sob revisão do Confea.

O QUE MUDA?

O artigo 25 da Resolução 218 impedia que o profissional agregasse novas atribuições fora da modalidade de sua formação inicial. A 1.010 permite novas atribuições baseadas na matriz do conhecimento e em novos conhecimentos adquiridos ao longo da vida profissional, como cursos de pós-graduação.

QUEM SERÁ ATINGIDO?

Todos os cursos e alunos que iniciaram seus cursos depois de julho de 2007 serão enquadrados na Resolução 1.010. Quem ingressou antes de julho de 2007 pode optar entre receber as atribuições pela 1.010 ou pela 218.

O QUE DIZ A RESOLUÇÃO 218?

Concede o registro ao profissional de acordo com sua área de formação. O artigo 25 impede atribuições fora da formação inicial do profissional. "Nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas características de seu currículo escolar, consideradas em cada caso, apenas, as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe sejam acrescentadas em curso de pós-graduação, na mesma modalidade".

QUEM TEM REGISTRO PELA 218 PODE REQUERER NOVAS ATRIBUIÇÕES PELA 1010?

Sim, mas há restrições. O artigo 12 diz que ao profissional já diplomado "será permitida a extensão da atribuição inicial de título profissional, atividades e competências" desde que dentro da mesma categoria profissional. Essa restrição refere-se às várias categorias presentes dentro do Sistema Confea/Crea. No caso da engenharia, a requisição de uma atribuição fora da modalidade de formação inicial deve receber decisão favorável da câmara especializada.

OS CREAS JÁ ESTÃO APLICANDO?

Em tese, a 1.010 já deveria estar sendo aplicada para o registro de tecnólogos e técnicos. Na prática, entretanto, há grande confusão no momento das concessões, já que a matriz do conhecimento não está pronta.

QUANDO COMEÇA A VALER?

Para os cursos de quatro anos, a partir de julho de 2011. Para os cursos de cinco anos, a partir de julho 2012. Para os cursos técnicos e de tecnologia, já deveria estar sendo aplicada.

Proposta de formação de tecnólogos encontra resistência

As declarações do ministro da Ciência e Tecnologia, Aloísio Mercadante, em defesa da formação de tecnólogos para ajudar a suprir a escassez de engenheiros no mercado de trabalho no Brasil não têm encontrado eco entre os engenheiros. As restrições concentram-se, principalmente, no grande número de atribuições previstas pelo Projeto de Lei (PL) 2245/2007 do deputado Reginaldo Lopes (PT/MG). O Congresso Nacional dos Profissionais, ocorrido no Distrito Federal em novembro de 2010, aprovou uma proposta contrária ao projeto porque ele "prevê a concessão de atribuição ao tecnólogo de forma similar ao profissional de nível superior de formação plena, sendo que o tempo mínimo para a conclusão de um curso de tecnólogos é de 1.600 horas, já para os cursos de engenharia é de 3.600 horas".

O PL 2245 - que está pronto para entrar na pauta de votações - concede diversas atribuições aos tecnólogos, entre elas: realizar visitas, avaliações, laudos técnicos; além de prestar consultoria, assessoria, auditoria e perícias. O Projeto, entretanto, prevê que a aplicação da lei, a normalização e a fiscalização das atividades do tecnólogo serão exercidas pelos Conselhos Federais e Regionais.

Na última Plenária do Conselho



Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG), dia 7 de abril, o diretor-geral do Cefet-MG, Flávio Antônio dos Santos, anunciou que a instituição não oferecerá mais cursos de tecnologia e disse ser contra o PL 2245. Todas as intervenções à

fala de Flávio dos Santos foram de aprovação. "A resistência aos cursos de tecnologia tem sido grande entre os conselheiros", diz o presidente do Crea-MG, Gilson Queiroz.

O engenheiro mecânico Heliéser José Resende, membro da Comissão de Educação do Crea-

MG, afirma que o curso de tecnologia é mal entendido no Brasil. "Ele é específico para determinadas áreas da engenharia". Segundo Heliéser Resende, não deveriam existir tecnólogos em mecânica ou construção civil. "Ele pode atuar em áreas específicas como edificações, estradas, manutenção, oficinas, refrigeração, manutenção de aeronaves, elevadores, geração de energia...", explica Resende. Ele defende a manutenção dos cursos de tecnologia no Brasil e diz que, na Alemanha, a indústria tem alta qualidade e produtividade graças ao grande número de técnicos e tecnólogos. "Existem mais técnicos e tecnólogos que engenheiros".

Enid Drumond, engenheira civil e professora da Fumec, também alerta para a incompreensão da profissão. "O tecnólogo tem atribuições específicas, ele não tem a visão geral do engenheiro", diz. "O problema é quando o tecnólogo quer ser um profissional generalista, quer ter atribuições fora de sua formação", alerta. Sobre o fim dos cursos de tecnologia anunciado pelo Cefet-MG, Heliéser Resende é direto: "O Cefet está deixando de dar o curso porque não tem procura". Segundo ele, os alunos estão abandonando esses cursos porque consideram as atribuições limitadas.

Autor do projeto acena com acordo

O deputado federal Reginaldo Lopes (PT), autor do Projeto de Lei 2245/07, que regulamenta a profissão dos tecnólogos, considera "um erro" a oposição que o texto vem sofrendo e acena com um acordo. "Reconhecemos a profissão, normatizamos, e depois podemos fazer um acordo", diz o deputado. "No projeto, as atribuições podem ser excluídas por acordo. Talvez não seja necessário detalhamento."

Para Lopes, é necessário regularizar a profissão porque os cursos

de tecnólogos são reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC). "Não podemos deixar uma profissão com 40 anos de existência sem regulamentação", diz. "O tecnólogo é uma realidade no mundo e é importante para o Brasil."

Sobre a criação de um conselho profissional específico para tecnólogos, o deputado é contra. "Defendo que os tecnólogos fiquem ligados aos conselhos afins. Não é o curso que faz o profissional, é o profissional que se impõe pela competência".

Cefet extingue curso de tecnólogo

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) não vai mais oferecer o curso de tecnologia (tecnólogo). O anúncio foi feito pelo diretor-geral, Flávio Antônio dos Santos, na última Plenária do Crea-MG, dia 7 de abril. O Cefet oferecia os cursos de Radiologia e de Tecnólogo em Qualidade Total. Os alunos do curso de Radiologia formaram-se há cerca de dois anos e os de Qualidade Total formaram-se no segundo semestre de 2010.

O diretor-geral do Cefet disse que o foco da instituição agora é fortalecer o ensino técnico integrado e os cursos de engenharia baseados em três pilares: infraestrutura, professores e projeto pedagógico. Na sua opinião, o tecnólogo está entre o técnico e o engenheiro e disputa o mercado de trabalho com ambos. "Não podemos inserir, no conjunto das profissões, um profissional entre um e outro", argumentou Flávio Antônio dos Santos.

Seminário debate obras para a copa 2014 em BH

Horas perdidas dentro dos automóveis e dos transportes coletivos. Esta é a realidade enfrentada pelos moradores da maioria dos grandes centros urbanos brasileiros, seja para percorrer curtos ou longos trajetos. Com uma frota crescente de veículos nas ruas e com vias com capacidade no limite para atender à demanda, o país enfrenta o caos na mobilidade urbana. E, foi por essa razão que este tema foi abordado no Seminário Copa Sustentável, realizado pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (Confea) e pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Minas Gerais (Crea-MG), com o apoio do governo estadual e da Prefeitura de Belo Horizonte, no dia 5 de abril. O Seminário teve como objetivo apresentar e discutir o planejamento, a organização e a implementação dos empreendimentos para a Copa de 2014 em Minas Gerais.

O diretor-presidente da BHTrans, Ramon Vítor César, participou do painel Infraestrutura – Aeroporto e Mobilidade Urbana – Projetos e Perspectivas e apresentou os projetos de melhoria da mobilidade até 2014, que incluem a implantação dos BRT's, a construção das vias 210 e 710 e a finalização do Boulevard Arrudas. Ramon ainda detalhou as metas para o BRT Antônio Carlos/Pedro I, que já está em execução. A primeira meta é a transposição da Av. Antônio Carlos e a interligação das Av. Abraão Caram e Magalhães Penido, cujas obras

estão em andamento e têm previsão de término para o segundo semestre de 2011. O alargamento da Av. Pedro I, segunda meta, teve início em março e está prometida para o final deste ano. As demais metas ainda estão em fase de projeto, assim como os outros BRT's.

Tiago Lacerda, presidente do Comitê Executivo de Belo Horizonte da Copa do Mundo, da Prefeitura de BH, também participou do seminário e fez questão de ressaltar que os empreendimentos não estão sendo feitos unicamente para o Mundial de 2014. "A Copa é só uma alavanca para o desenvolvimento social do Brasil. Nosso trabalho tem sido feito para 2013 desde o início, e não para 2014", declarou. Sobre o cronograma das obras, Lacerda disse que Belo Horizonte é a cidade mais avançada na execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Copa. "Os BRT's ainda vão surpreender muita gente", afirmou.

Metrô

As discussões em torno do projeto de Parceria Público-Privada (PPP) entre município, estado, união e iniciativa privada para dar continuidade às obras do metrô, resultante de um acordo fechado pelo prefeito Márcio Lacerda com a União, em março deste ano, ainda estão em andamento, segundo informações da Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). No último dia 15 de abril, a

questão de recursos para as obras do metrô belo-horizontino foi pivô de polêmica no Senado Federal. A Senadora Marta Suplicy (PT-SP) afirmou, durante sessão para aprovação de projetos de viabilização da construção do trem-bala de Campinas e São Paulo e Rio, que o metrô da capital mineira não é assunto do governo federal.

O prefeito Márcio Lacerda preferiu não contribuir com a polêmica, ao afirmar que o Senado é o lugar da discussão e que cabe a ele dar continuidade ao trabalho que está sendo feito. No início de março, Lacerda se reuniu com os prefeitos Luciano Ducci, de Curitiba e José Fotunati, de Porto Alegre, para discutir a inclusão das obras do metrô das três cidades no Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC2). Segundo Tiago Lacerda, presidente do Comitê Executivo de



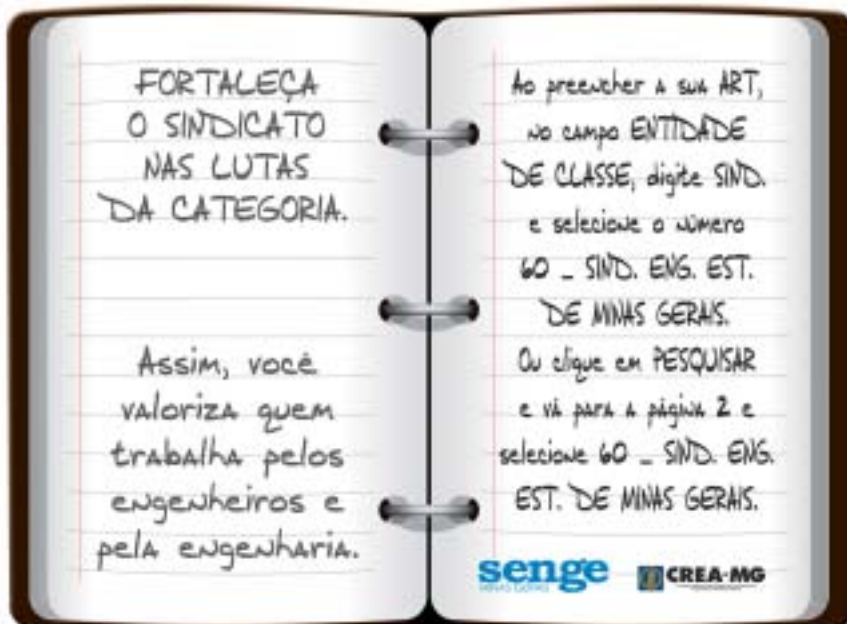
Belo Horizonte da Copa do Mundo, da Prefeitura de BH, os cidadãos belo-horizontinos podem esperar por novidades. "O segundo semestre trará uma grande notícia para Belo Horizonte e para a Região Metropolitana", revela.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS SENGE MINAS GERAIS – JAN./DEZ. 2010

RECEITAS	VALOR (R\$)	%
Contribuição Sindical	1.579.392,96	66,11
Anuidade Social	185.094,28	7,75
Taxa de Fortalecimento Sindical	133.755,37	5,59
Juros de Depósitos (Aplicações)	89.403,34	3,76
Outras Receitas (1)	401.344,88	16,79
TOTAL	2.388.990,83	100,00
DESPESAS	VALOR (R\$)	%
Despesas de Pessoal (2)	786.054,44	33,37
Despesas Administrativas (3)	1.242.279,11	52,74
Despesas Tributárias (4)	23.183,64	0,98
Despesas Sociais (5)	238.249,86	10,11
Despesas Financeiras (6)	45.112,88	1,92
Despesas c/ Veículos (7)	20.642,76	0,88
TOTAL	2.355.522,69	100,00
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	33.468,14	
IMOBILIZADO	VALOR (R\$)	%
Sede Diretoria Regional Zona da Mata	49.274,44	
Sede Principal	800.000,00	
Móveis, utensílios e instalações	123.035,07	
Veículos	70.907,90	
Instalações Telefônicas	47.588,73	
Instalações - Computadores e Periféricos	181.125,69	
Marcas - Direitos - Patentes	13.596,00	
Máquinas e Equipamentos	12.601,44	
TOTAL	1.298.129,27	

OBSERVAÇÕES:

(1) Outras Receitas: Departamento Jurídico, Verba CREA (ART 6,8%), Reembolsos Diversos. (2) Pessoal: Salários, Estágios, Prestação de Serviços, INSS, IRRF, PIS, Seguro-Vida, Auxílio Creche, Vale Transporte, Vale-Refeição, Unimed. (3) Administrativas: Material de Escritório, Transportes, Jornais, Revistas, Refeições, Xerox, Aquisição e Manutenção de Equipamentos, Cursos, Serviços Gráficos, Tarifas CEMIG, CDBASA, Licenciamento Software, Tarifa Postal, Vigilância, Tarifa Telefone Fixo e Móvel. (4) Tributárias: IRE, IPTU, Juros e Encargos. (5) Sociais: CUT, Congressos e Eventos, DIAP, DIEESE, FISENGE, FAP, Política Sindical, Solidariedade Social, Promoções e Brindes. (6) Financeiras: Correção de coisas trabalhistas, Tarifas Bancárias. (7) Veículos: Combustível, Conserto, Estacionamento, IPVA, Peças, Seguro.



Crescimento da economia pode levar a ganhos reais

O dia 1º de maio é uma data de grande representatividade para os trabalhadores brasileiros. Além de ser o Dia Mundial do Trabalho, é também a data-base de diversas categorias, ou seja, representa a data limite das garantias trabalhistas conquistadas no ano anterior e o início do novo período de negociações para garantir direitos por mais um ano. Em 2011, a participação e a mobilização de todos os engenheiros e engenheiras, independentemente da categoria a qual pertencem será fundamental para manter as conquistas no mesmo nível das do ano passado.

Segundo o Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Só-

cio-econômicos (Dieese), o ano de 2010 apresentou resultados inéditos nas negociações coletivas. No ano passado, o Dieese estudou o reajuste de 700 unidades de negociações no setor da indústria, comércio e serviços e constatou que o índice de negociações que conseguiram aumento salarial real foi o maior desde 1996, quando o estudo começou a ser realizado. Assim, em 2010, 89% das negociações conquistaram aumentos reais para os salários dos trabalhadores.

O Dieese atribui o bom resultado do balanço das negociações coletivas de 2010 à "retomada vigorosa do crescimento econômico brasilei-

ro, observado desde meados de 2009, que superou em definitivo os efeitos da crise econômica internacional no país". O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu, em 2010, 7,5%, representando o melhor resultado registrado desde 1986.

Se por um lado o crescimento econômico acima da média foi positivo para os salários em 2010, por outro lado pode ser uma ameaça para as conquistas salariais em 2011, daí a importância da participação efetiva de toda a categoria no processo. Um desempenho econômico inferior ao do ano passado pode servir de argumento para o endurecimento do setor patronal

nas negociações, de acordo com o próprio Dieese. No entanto, é preciso lembrar que, de acordo com as projeções do governo, a economia vai continuar crescendo e que, portanto, não há motivos para justificar diminuição no índice de acordos e convenções coletivas que garantam aumento real nos salários também em 2011.

O Senge-MG está atuando com todo o empenho para fazer com que este ano seja tão bom ou melhor do que o ano passado para os trabalhadores. Por isso, a participação e a mobilização de todos os profissionais, acompanhando o processo, é fundamental.

Veja aqui como anda a negociação de sua categoria

Foco na Urbel é o Plano de Carreiras

O novo PCCS é o foco atual neste início das negociações. Uma Assembleia foi realizada no dia 7 de abril e, na ocasião, a proposta de PCCS feita pela empresa foi apresentada aos empregados pela comissão de trabalhadores responsável por discutir o Plano. A apresentação incluiu as modificações e sugestões realizadas na proposta original da empresa. No dia 12 de abril, a pauta de reivindicações, com o detalhamento da proposta do PCCS, foi entregue à Urbel. Os trabalhadores pedem o reajuste salarial pela variação anual do INPC, aumento real correspondente a variação percentual de 50% do PIB brasileiro de 2010, correspondente a 3,75%, e o reajuste dos benefícios pela variação percentual do INPC de três anos, perfazendo um valor total de 11,71%.

Sindicato encaminha pauta ao Sinaenco

As negociações entre as entidades sindicais que representam os trabalhadores das empresas de engenharia e arquitetura consultivas e o Sinaenco, sindicato patronal, já estão em andamento. A pauta de reivindicações para a campanha salarial 2011/2012 foi entregue no dia 7 de abril. A principal reivindicação é um reajuste salarial de 12%. O mesmo percentual é pedido no reajuste das demais cláusulas econômicas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Além disso, a pauta pede a manutenção do piso salarial de engenheiros e arquitetos, de 8,5 salários mínimos para uma jornada de 8 horas diárias. A primeira reunião de negociação foi agendada para 2 de maio.

Negociação unificada em Juiz de Fora

As negociações com a Prefeitura de Juiz de Fora tiveram início em março e vão manter os mesmos moldes de 2010, quando o processo ocorreu unificado com os demais sindicatos de trabalhadores. O Fórum Sindical reivindica um reajuste salarial de 15%. A pauta específica dos engenheiros foi protocolada na Prefeitura no dia 1º de abril e, além do reajuste salarial da pauta unificada, pede que a Prefeitura de Juiz de Fora pague, aos profissionais engenheiros, remuneração equivalente ao maior salário inicial, incluindo os benefícios pagos aos profissionais Técnicos de Nível Superior (TNS) da PJF, conforme Lei 11.550/2008, ou seja, no caso dessa categoria, a gratificação por desempenho de atividade técnica profissional no valor de 75% do vencimento previsto para o cargo de TNSI, letra A.

Categoria reivindica 25% ao Sinduscon-JF

Um reajuste salarial de 25%. Esta é a principal reivindicação dos engenheiros e arquitetos que trabalham nas empresas de Construção Civil de Juiz de Fora. A pauta de reivindicações da categoria foi entregue ao Sinduscon-JF no dia 14 de abril, iniciando oficialmente as negociações. Além do reajuste salarial, os profissionais pedem um acréscimo de 7%, a título de Prêmio Assiduidade, ao 13º salário (gratificação de natal) e o cumprimento da lei 4950-A, que estipula o Salário Mínimo Profissional dos engenheiros de 8,5 salários mínimos para jornada de 8 horas diárias. As negociações estão sendo conduzidas pela Diretoria Regional Zona da Mata.

Engenheiros querem mudar GDI na Copasa

A pauta de reivindicações dos engenheiros que trabalham na Copasa foi entregue à empresa, no dia 1º de abril. Na ocasião, o Sindágua-MG e o Saemg também entregaram as pautas de suas respectivas categorias. No dia 15 de abril, uma reunião foi realizada entre as entidades sindicais e a Copasa para que fosse apresentada a pauta e tiradas possíveis dúvidas da empresa. Outras reuniões, sempre nas quintas-feiras à tarde e sextas-feiras de manhã, estão agendadas e devem ocorrer até que uma proposta de acordo possa ser viabilizada. A principal reivindicação dos engenheiros é que a Gratificação de Desempenho Institucional (GDI) incida sobre o salário mínimo profissional (salário base + complementação) e não apenas sobre o salário base.

Cargo de Máster é pauta na Cemig

A data-base da Cemig é 1º de novembro, mas para o Senge quanto mais cedo começar o processo de negociação com a empresa melhor. Por isso, no dia 5 de abril, o diretor Nilo Sérgio Gomes se reuniu com o diretor de Gestão Empresarial da Cemig, Frederico Pacheco, para discutir algumas questões específicas. Um dos pontos abordados foi o PCR e a avaliação de desempenho. Outro problema levantado foi o da implantação do cargo de Máster. O Senge questionou o fato de que a empresa até hoje não tenha implantado o cargo, uma vez que esta é uma questão que se arrasta há seis anos. Além disso, o Sindicato pediu a incorporação do cargo Máster no PNU, acima do cargo de Sênior II.